

Repúdio à truculência policial

Alesp aprova privatização da água após agressões e prisões de manifestantes pela polícia de Tarcísio de Freitas

O plenário Juscelino Kubitschek estava vazio na noite de 6/12/2023 quando o projeto que permite a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP (Sabesp), PL 1.501/2023, foi aprovado por 62 votos a favor e um contrário. Momentos antes, o local foi palco de uma verdadeira selvageria por parte da polícia militar, autorizada pela base governista que domina a Assembleia Legislativa (Alesp) a reprimir as centenas de manifestantes que ocupavam democraticamente o local para protestar contra a privatização de um bem essencial à população: a água.

Os muitos vídeos e fotos que circulam mostram policiais agindo com extrema violência, usando spray de pimenta e batendo nos manifestantes com cassetetes; várias pessoas ficaram feridas e ao menos três foram detidas: Vivian Mendes, presidente estadual da Unidade Popular pelo Socialismo (UP), Lucas Cervante e Hendryll Silva.

Parlamentares da oposição (PT, PdoB, PSOL, PSB, PDT e Rede) retiraram-se da votação em protesto contra a ação da polícia, denunciando que há deputados idosos, como Eduardo Suplicy (PT) e Licy Brandão (PCdoB), e uma deputada grávida, Paula da Bancada Feminista (PSOL), que sofreram os efeitos do gás usado pela PM

Repúdio à violência policial e pela imediata liberação dos detidos

As entidades que compõem o Fórum das Seis repudiam com veemência a truculência policial, uma amostra grotesca do *modus operandi* fascista do governo Tarcísio de Freitas para impor sua política de privatização e entrega dos serviços públicos aos grupos privados. O Fórum soma-se a todos e a todas que pedem a imediata soltura dos militantes detidos e a responsabilização do governador e do presidente da casa, André do Prado, pelas cenas grotescas de violência na Alesp em 6/12.

O que foi aprovado: cheque em branco ao governador

O PL 1.501/2023 autoriza Tarcísio a vender a parte da Sabesp (50,3%) que ainda pertence ao estado. A aprovação é um cheque em branco ao governador, pois o projeto não especifica por quanto será vendido, por qual valor e sob quais regras de funcionamento. Entre as poucas regras anunciadas, chama a atenção a que prevê a constituição de um “fundo público”, a partir do valor arrecadado com a venda, para subsidiar as tarifas. Ou seja, o governo vai vender a Sabesp e devolver o dinheiro para as empresas compradoras na forma de subsídio.

A Sabesp está presente em 375 municípios, onde vivem cerca de 28,4 milhões de pessoas, e é considerada uma das maiores companhias de saneamento do mundo. Possui 12 mil funcionários e tem valor de mercado estimado em R\$ 39 bilhões. Em 2022, teve um lucro de R\$ 3,12 bilhões, 35% superior ao ano anterior. Uma verdadeira mina de ouro aos olhos dos grandes grupos privados, ávidos por lucrar sobre um serviço essencial para a população. A privati-



6/12/2023: Ação truculenta da polícia contra os manifestantes

(Reprodução: Internet)

zação de empresas públicas de saneamento vai na contramão de iniciativas de outros países, a maioria na Europa, que têm reestatizado o serviço por conta de problemas nas parcerias público-privadas, como au-

mento de tarifas e redução no acesso à água.

Os graves fatos envolvendo a Enel, empresa italiana que arrematou a Eletropaulo em 2018 e deixou sem luz durante até seis dias 1,2 milhão de residências após o temporal no começo de novembro, são um exemplo do que a privatização significa para a população.

O que acontece agora

O projeto aprovado vai à sanção do governador. Para que a privatização seja posta em prática, será necessário que as prefeituras envolvidas alterem as leis municipais que regem o setor. A capital, por exemplo, é responsável por aproximadamente a metade do faturamento da Sabesp e a sua concordância é determinante para a privatização.

Inconstitucionalidade

Parlamentares de oposição ingressaram na justiça alegando que a Constituição paulista garante expressamente, em seu artigo 216, que “o Estado assegurará condições para a correta operação, necessária ampliação e eficiente administração dos serviços de saneamento básico prestados por concessionária sob seu controle acionário.” Portanto, seria preciso alterar a carta magna paulista para possibilitar a privatização da Sabesp, o que teria que ser feito por proposta de emenda constitucional (PEC).

Enquanto um projeto de lei, como o PL 1.501, precisa de maioria simples para aprovação, uma PEC exige voto favorável de três quintos dos parlamentares.

Contra o corte de verbas da educação

O corte de recursos à educação pública, da ordem de R\$ 10 bilhões anuais, é a próxima investida do governador Tarcísio de Freitas na Alesp. É essencial que haja reação e mobilização para que o projeto de emenda constitucional (PEC) 9/2023, que reduz de 30% para 25% as verbas constitucionais para educação, seja derrotado. A PEC está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Alesp, com relatório do deputado Carlos Cezar (PL) aprovando a proposta. Os deputados Bruno Zambelli (PL) e Dr. Jorge do Carmo (PT) pediram vistas conjuntas. O deputado Dr. Eduardo Nóbrega (Podemos) e a deputada Professora Rebel (PT) também já haviam feito pedido de vistas. Assim que o relatório for aprovado na CCJR, o texto já pode ir para votação em plenário.